

Ficam elegíveis os membros com no mínimo de 70% de assiduidade nas reuniões considerando os últimos 11 meses. Poderá substituído da comissão executiva o membro que não cumprir os critérios estabelecidos no regimento.

**Art. 6º.** O Comitê Pernambucano de Mobilização Social para o Controle da Tuberculose reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente quando convocado pela Coordenação Executiva.

**Art. 7º.** A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

**Art. 8º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**  
Secretário Estadual de Saúde

**PORTARIA Nº 504 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE,** com base na delegação outorgada pela Portaria SES nº 032/11, publicada no D.O.E. de 29/01/11, com fundamento nos artigos 214 a 220 da Lei nº 6.123, de 20.07.1968.

**RESOLVE:**

**I - Designar as servidoras abaixo relacionadas,** para constituírem a **COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA**, a fim de apurar, no prazo de 20 dias, conforme artigo 217, da Lei 6.123/68, os fatos contidos no MEMO Nº 14/2020 da Coordenação de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida – CSSQV/GPRT/SES (7642157), referente ao processo SEI Nº 2300000144.000874/2020-52;

**VALÉRIA LUÍZA DE ALMEIDA SILVA** - Mat. 229.565-2/SES - **PRESIDENTE;**  
**REGINA CELI ASSIS DE ALMEIDA** – Mat. nº 228.974-1/SES – **MEMBRO;**

**II** – A comissão de que trata a presente Portaria terá prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação para conclusão dos trabalhos, revogando-se as disposições em contrário;

**III** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RICARDA SAMARA DA SILVA BEZERRA**  
Secretária Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE,** com base na delegação outorgada pela Portaria SES nº 032/11, publicada no D.O.E. de 29.01.2011, baixou as seguintes Portarias:

**Nº. 505 – Determinar o exercício** do servidor **CARLOS HENRIQUE REMÍGIO LEÃO**, Médico, matrícula nº 153.205-7/SES, na Gerência da Central de Regulação Ambulatorial/Nível Central, **retroagindo seus efeitos legais a 03/07/2020.**

**Nº. 506 – Determinar o exercício** do servidor **EDVALDO RODRIGUES DA CUNHA CAVALCANTI FILHO**, Médico Clínico, matrícula nº 230.256-0/SES, na Gerência da Central de Regulação Ambulatorial/Nível Central, **retroagindo seus efeitos legais a 06/07/2020.**

**RICARDA SAMARA DA SILVA BEZERRA**  
Secretária Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde

## Repartições Estaduais

### AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH

**Portaria nº071/2020**

Estabelece medidas temporárias para o enfrentamento da pandemia internacional causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

O Diretor Presidente da **AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 5º do Anexo I do Decreto Estadual nº 30.462, de 25 de maio de 2007 (Regulamento da CPRH), com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 31.818, de 20 de maio de 2008. **CONSIDERANDO** as cautelas necessárias ao enfrentamento da pandemia internacional causada pelo novo coronavírus (COVID-19); **CONSIDERANDO** as determinações da Lei Federal nº 13.979/2020 e do Decreto Estadual nº 49.055/2020;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Manter a suspensão dos prazos administrativos no âmbito dessa AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH até 31 de agosto de 2020.

**§1º Incluem-se na suspensão processual determinada no caput** os prazos no âmbito dos procedimentos de renovação de licença, licenciamento e auto de infração.

**§2º** Os prazos de que trata o presente artigo voltarão a fluir a partir do dia 01/09/2020, pelo tempo que lhes restava em 14/08/2020.

**Art. 2º** As licenças ambientais vincendas no período do parágrafo anterior estão automaticamente prorrogadas para 01/09/2020.

**Art. 3º** Os prazos legais dos Artigos 10 e 11 da lei estadual nº 13.361/2007 mantêm-se inalterados.

**Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 14 de agosto de 2020.

**DJALMA PAES JÚNIOR**  
Diretor-Presidente

### AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA - APAC

**PORTARIA APAC Nº 03/2020, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.**

**A DIRETORA PRESIDENTE DA AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA – APAC,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 3º, inciso I, do Decreto nº 34.860, de 23 de maio de 2010, considerando o disposto na Portaria nº 1871 da Secretaria de Administração, de 26 de agosto de 2019, **RESOLVE:**

**I** - Dispensar o servidor **ISAAC DOS SANTOS PAIXÃO**, matrícula 10192-3, da Chefia do Núcleo de Transporte desta Agência - Função Gratificada de Supervisão 2, símbolo FGS-2, a partir de 1º de agosto de 2020.

**II** - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SUZANA MARIA GICO DE LIMA MONTENEGRO**  
Diretora-Presidente

### CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/PE

**RESOLUÇÃO CEDCA-PE Nº. 109, de 14 de agosto de 2020.**  
**EMENTA:** Institui Comitê de Gestão Colegiada da rede de cuidado e

e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e estabelece outras providências.

**O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA-PE,** no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 88, inciso II, da Lei Federal 8069/90, Leis Estaduais nºs 10.486/1990 e 11.232/95, e o Decreto Estadual nº 27.480/2004, atendendo deliberação da 375ª Assembleia Ordinária/CEDCA-PE, realizada em 10.08.2020 de agosto de 2020, e **CONSIDERANDO** o previsto a Lei Federal nº 13.431/17, que Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência; **CONSIDERANDO** que o Decreto nº 9.603/2018, dispõe sobre o sistema de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades no território nacional; prevenir os atos de violência contra crianças e adolescentes; fazer cessar a violência quando esta ocorrer; prevenir a reiteração da violência já ocorrida; promover o atendimento de crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida; e promover a reparação integral dos direitos da criança e do adolescente.

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 9.603/2018, no art. 9º, *caput* e inciso I, dispõe sobre criação, preferencialmente no âmbito dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; **CONSIDERANDO** que o CEDCA-PE, tem entre suas competências a de: *formular a política de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como coordenar, controlar e fiscalizar a sua execução.*

**RESOLVE, ad referendum** do Pleno:

**Art. 1º.** Instituir o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do desse Comitê, em conformidade a Lei Federal nº 13.431/2017, e Decreto Federal nº 9.603/2018.

**Art. 2º** O Comitê será composto por representantes, titular e suplente, das seguintes Secretarias, órgãos e instituições:  
I – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco – CEDCA/PE, que o coordenará;  
II - Secretaria de Defesa Social de Pernambuco;  
III - Secretaria de Saúde de Pernambuco;  
IV - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude de Pernambuco  
V – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.  
VI - Associação e/ou Fórum de Conselheiros Tutelares;  
VII – Conselho Regional de Medicina de Pernambuco;  
VIII – Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco;  
IX – Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco;  
X – Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco.

**§ 1º** Poderão ser convidados:

I - Poder Judiciário;  
II - Ministério Público do Estado;

**§ 2º** Os representantes indicados para atuação no Comitê, de que trata esta Resolução, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades, através de Ofício, a ser encaminhado para CEDCA-PE.

**Art. 3º** Cabe ao Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, atribuições conforme Art. 9º, do Decreto Presidencial nº 9.603/2018.

**Art. 4º** O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e

de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência deverá elaborar Plano de Trabalho, com o planejamento e cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

**Art. 5º** A função de membro representante do Comitê será considerada prestação de serviço relevante não remunerada.

**Art. 6º** Os casos omissos serão avaliados pelo Comitê de Gestão Colegiada e submetidos à Sessão Plenária do CEDCA-PE.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ROMERO SILVA**  
Presidente do CEDCA/PE

### FUNDAÇÃO HEMOPE PORTARIA Nº 032/2020

A Diretora Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo anexo I, Inciso IV do Art 10º do Decreto nº 30.401, de 03 de maio de 2007, com base na C.I. nº 03/2020, da Supervisão de Nutrição.

**R E S O L V E:**

**I** - Designar para compor a nova Comissão de Terapia Nutricional do Hospital de Hematologia, as servidoras:

Monique Gabrielle Borges Luna de Freitas, Médica, Matrícula nº 3484076;  
Ana Paula Gomes Ribeiro, Nutricionista, Matrícula nº 595-9;  
Vânia Maria Silva de Moraes, Enfermeira, Matrícula nº 9857 e,  
Joyce Nunes dos Santos Lucena, Farmacêutica, Matrícula nº 664.

Revoga-se a Portaria nº 124/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Publique-se e Cumpra-se.

Recife, 29 de Julho de 2020.

Gessyanne Vale Paulino  
Diretora-Presidente

### FUNDAÇÃO HEMOPE

**PORTARIA Nº 033/2020**

A Diretora-Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo anexo I, Inciso IV do Art 10º, do Decreto nº 30.401, de 03 de maio de 2007, com base na C.I. nº 1/2020 – HEMOPE - da Coordenadoria de Finanças – HEMOPE – CFIN,

### LABORATORIO FARMACEUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE

**ANEXO ÚNICO**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**  
**(ARTIGO 123 PARÁGRAFO 3º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL)**

SECRETARIA: SAÚDE					
ENTIDADE: LAFEPE S/A					
BIMESTRE: MAI/JUN 2020					
Em R\$ 1,00					
FONTES DE INVESTIMENTOS			DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS		
ESPECIFICAÇÃO	DO BIMESTRE	NO EXERCÍCIO	ESPECIFICAÇÃO	DO BIMESTRE	NO EXERCÍCIO
Recursos de Geração Própria	28.977.794	157.911.463	Programa (código)	314.705	850.559
			0088 (2660)		0
Recursos para Aumento de Capital	0	0	0088 (3352)	314.705	850.559
do Tesouro		0	Ação (código)	0	0
Especificar¹		0	Ação (código)	0	0
de Outras fontes		0			
Especificar²		0	Programa (código)	0	0
			0457 (2600)		0
Operações de Crédito a Longo Prazo	0	0	0457 (2665)		0
Internas		0	Ação (código)		0
Externas		0			
			Programa (código)	0	0
Outras Fontes de Financiamento (especificar)	0	0	Ação (código)		0
		0	Ação (código)		0
		0	Ação (código)		0
TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO	28.977.794	157.911.463	TOTAL DOS INVESTIMENTOS (6)	314.705	850.559
RESULTADO			RESULTADO		
DEFICIT	0	0	SUPERAVIT (8)	28.663.089	157.060.904
TOTAL	28.977.794	157.911.463	TOTAL	28.977.794	157.911.463

**Nota Explicativa - Recursos que possuem uma Finalidade Especifica definida por meio de Lei, possuindo um rol próprio de aplicações.**

**Recife, 14 de Agosto de 2020.**

**Contador - Manoel de Lima Barbosa CRC 017596**

**Diretor da Entidade - Flávio Gouveia**

**Nosso site: [www.cepe.com.br](http://www.cepe.com.br)**